



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL/2020, QUE TEM A FINALIDADE DE EMITIR PARECER À REPRESENTAÇÃO Nº 0002.6/2020 POR CRIME DE RESPONSABILIDADE PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO E PELA SENHORA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO, REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2020, ÀS 9H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Bom dia a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial, constituída pelo Ato da Presidência nº 023-DL, de 2020.

Constato a presença da Deputada Ada De Luca, Vice-Presidente desta Comissão Especial; do Deputado Valdir Cobalchini, Relator; da Deputada Ana Campagnolo; da Deputada Paulinha; do Deputado Kennedy Nunes; do Deputado Marcius Machado; do Deputado Nazareno Martins; e do Deputado Sergio Motta.

Inicialmente, coloco em discussão e votação a ata da reunião anterior, encaminhada aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Dando sequência, passamos para a ordem do dia: esclarecimentos de eventuais questões de ordem e verificação da necessidade de diligências relacionadas aos fatos que autorizam ou não a instauração do processo de *impeachment*.

Consulto os Deputados se alguém deseja se manifestar.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Com a palavra a Deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Senhor Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar depois da Ada.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Bom dia, senhor Presidente da Comissão, Deputado Fabiano da Luz, e cidadão catarinense que nos acompanha pelos canais digitais da Assembleia Legislativa.

(*Passa a ler.*)

“A crise institucional instalada em Santa Catarina se agrava a cada dia que passa. Diante desse cenário cabe a nós, Deputados integrantes da Comissão Especial desse segundo pedido de *impeachment*, muita responsabilidade na análise do caso. Nós, membros desta Comissão, faremos uma análise jurídica e política do caso, em consonância com a legislação e o entendimento dos Tribunais Superiores.



Temos como tema principal, se é que podemos dizer assim, a questão da compra dos respiradores pagos antecipadamente e não entregues. Boa parte não foi entregue, mais da metade do dinheiro não foi devolvida aos cofres públicos. Isso é sério, muito sério! Então, companheiros e companheiras, povo que nos assiste, quero firmar meu compromisso em não compactuar com abusos e exageros de ordem política, bem como não compactuar com a ilegalidade e a irregularidade dos fatos.

Diante disso, tenho uma sugestão ao senhor Relator, o eminente Deputado Valdir Cobalchini: devemos analisar de forma minuciosa os crimes de responsabilidade que são imputados na denúncia. Não podemos suprimir o que prevê a Súmula Vinculante nº 46, que esclarece que 'a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União'. Devem, portanto, estar em consonância com a Constituição Federal e a Lei Federal nº 1.079, de 1950.

No mais, não vislumbro a necessidade de diligência, uma vez que a documentação dos autos já fornece as bases sustentáveis para a formação do crivo finalístico.

Este é o meu pensamento."

No andamento dos trabalhos, talvez algum parágrafo até possa mudar o meu pensamento, mas, no momento, é assim que eu penso.

Muito obrigado, senhor Presidente, caros Colegas e povo que nos assiste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Deputada Ada De Luca.

Com a palavra a Deputada Paulinha.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Primeiramente, muito bom-dia a todos e todas, aos que nos assistem na TVAL, mas de modo especial o meu bom-dia a cada um dos representantes da Comissão.

O que eu quero lhe pedir, senhor Presidente? Primeiro eu quero fazer uma consideração. Eu vejo que essa situação, que essa circunstância que envolve o caso dos respiradores, como bem disse a Deputada Ada, é uma situação que trouxe muita aflição para todo o Estado de Santa Catarina, e naturalmente que eu preciso aqui também deixar essa fala: a ninguém interessa que essa história não seja devidamente esclarecida.

Eu acho que a CPI já nos trouxe vários elementos, e do que eu pude acompanhar do processo me veio a necessidade de apresentar aqui três pedidos de diligência. O primeiro requerimento de diligência, senhor Presidente, é para que possamos juntar no processo a cópia integral do Inquérito Policial 1427, bem como o Pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 35, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. E por que eu estou trazendo esse requerimento? Inclusive requeiro aqui, caso o STJ não nos apresente isso no exíguo período que nós temos de dois dias, que a gente possa postergar o prazo da conclusão do Relator para que isso possa chegar às nossas mãos. Então esse é um requerimento que eu apresento, mas o fito principal é que a gente junte nos autos o inquérito que existe no Supremo. Esse é um pedido.

O segundo pedido de diligência que eu apresento aqui, senhor Presidente... E depois eu quero pedir ao Guilherme, que está me escutando também, para fazer os requerimentos de pedido de diligência distintos. Esse outro pedido de diligência que eu gostaria que fosse acolhido por vossa excelência e pelo nosso Relator, é que... Eu tive uma dúvida em relação à conversa do Governador com o Adircélio, o Presidente do Tribunal de Contas. Evidentemente que ele não foi ouvido na CPI, e não acho necessário que o chamemos para uma oitiva, mas eu gostaria muitíssimo... Esse é um pedido que eu acho que o Presidente do Tribunal pode nos atender no prazo, de hoje para o dia 8, porque o que eu gostaria mesmo era de um esclarecimento no que concerne a algumas questões: primeiro, qual o assunto inicial da conversa telefônica entre ele e o Governador; segundo, se a ligação tratava



exclusivamente do assunto do pagamento antecipado; também se no decorrer da ligação telefônica mencionou-se em algum momento a compra específica dos respiradores; quando conversaram sobre pagamento antecipado, se mencionaram alguma contratação em específico ou tratou-se o tema de forma genérica; e, por último, e não menos importante, eu gostaria de saber do Presidente Adircélio qual foi a posição defendida pelo Governador Carlos Moisés quando questionado sobre o que achava de pagamento antecipado.

Por que eu estou fazendo essas perguntas, que podem evidentemente ser respondidas pelo Presidente do Tribunal de Contas por meio de uma declaração? Naturalmente porque essa é uma questão que me traz dúvida ainda. No escopo da CPI me faltou aclarar, naquilo que eu acompanhei, o que de fato transcorreu, as razões pelas quais essa conversa do Governador com o Presidente Adircélio foi trazida e foi exposta.

E, por último, um outro requerimento que eu gostaria também de apresentar, de pedido de diligência, se fosse possível... Eu sei que, por exemplo... Eu tinha até pensado em pedir a outros órgãos, mas de concreto eu sei que na época a Controladoria-Geral do Estado, a CGE, fez uma investigação acerca disso. Eu não sei, Deputado Kennedy, se ela foi juntada, e vossa excelência que estava na CPI pode me informar, se esse trabalho da CGE... Porque isso foi algo que me ocorreu agora há pouco, quando eu estava fazendo os meus escritos e me preparando para a reunião, mas eu não sei se já foi juntada na CPI o trabalho da CGE, senão eu gostaria de requerer que fosse juntado aos autos também da Controladoria-Geral do Estado no que concerne à investigação sobre essa situação dos respiradores.

São esses três pontos que eu gostaria de apresentar, como diligências, para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Paulinha, nós recebemos aqui o seu requerimento. Na verdade é um requerimento com quatro pontos, certo? O primeiro pede a cópia do inquérito policial; o segundo pede a juntada do processo interno da Controladoria-Geral do Estado; o terceiro é o requerimento ao Presidente do Tribunal de Contas; e o quarto pede a suspensão da contagem do prazo de cinco sessões ordinárias para apreciar o relatório estipulado.

Então eu coloco em discussão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu quero, Deputado Fabiano, só clarear. É que eu estou fora daí [da Alesc] e o Guilherme fez o texto para mim. O último item eu quero deixar claro, só se for necessário para a juntada dos autos, que foi pedido pelo Supremo. E eu também não tenho nenhum problema que a gente desmembre os pedidos. O Guilherme acabou fazendo um único requerimento para facilitar, mas caso haja a concordância de um [item] e não de outro...

O meu objetivo, na verdade... A minha única dúvida é... Eu não entendo muito do Supremo, se o Supremo vai ter meios de nos deixar esse inquérito em dois dias, essa é a minha única dúvida. Os demais são pedidos simples, eu acho que tanto o Presidente Adircélio, se for conversado com ele (*falha na transmissão*), apresentar esse pedido antes, não é um pedido complexo, a própria questão da juntada dos autos da CGE, não acho complexo. É só mesmo a questão desse processo, porque vejam, foi feita uma busca e apreensão na casa do Governador, nós estamos falando do mesmo caso, nós estamos falando do mesmo assunto, era importante a gente conhecer o que tem nesses autos para a formação do nosso juízo de valor, no meu ponto de vista, né?

Só para deixar isso bem claro para que não fique aqui entendido que nós estamos querendo fazer movimentos protelatórios. Não é isso! Apenas a juntada eficiente de documentos que podem nos ajudar na nossa conclusão justa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Sim. Só lembro a vossa excelência...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Presidente, eu posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Só um minutinho, Deputada.

Eu só lembro que o item *a*, que é a juntada da cópia do inquérito policial, este está em segredo de Justiça. Dificilmente nós teremos acesso.

Mas para discutir esse requerimento da Deputada Paulinha, passo a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todas e a todos.

Eu entendo a preocupação da eminente Deputada Paulinha porque agora é que ela está nesta Comissão tentando compreender efetivamente os fatos pela responsabilidade que tem de aprovar ou não o relatório do Relator ou seguir o processo. Mas eu queria deixar não só a Deputada Paulinha tranquilizada, mas também a sociedade catarinense que está ávida por esse assunto, porque a relatoria não poderia cair em outras mãos, de todos nós, dos nove da Comissão, que não a do Deputado Valdir Cobalchini. Eu fico [tranquilo], não só por saber da responsabilidade da pessoa do Deputado Cobalchini, mas porque eu, o Presidente, Deputado Fabiano, e o Deputado Cobalchini, acho que foram esses, nós participamos da CPI, por alguns dias ficamos até de madrugada nas oitavas.

Eu, e eu sei que o Deputado Cobalchini também, assim como o Deputado Fabiano, o Relator, todos os outros membros da CPI, Deputado Nazareno, quando a gente vinha para a reunião da CPI... Eu passei, por exemplo, Deputada Ana, de quinta a segunda assistindo – quando entrei na CPI, porque eu entrei na saída do Deputado Marcos Vieira – todos os depoimentos do Gaeco, e teve o da Márcia, teve o do Helton, teve de todos os outros, foram vários depoimentos, inclusive teve um depoimento que a Márcia disse: eu vou buscar os meus filhos e depois eu volto para continuar. E depoimentos de duas horas, três horas, quatro horas, nós, membros da CPI, tivemos a obrigação de assistir a esses depoimentos, para quê? Porque como era um trabalho paralelo à investigação da força-tarefa, nós tínhamos a possibilidade inclusive para adiantar o processo da CPI ao analisar esses depoimentos, a gente poderia ter até melhores condições de, na oitiva, estar extraindo algumas coisas novas, como foram extraídas, inclusive a foto do Amândio, ex-Secretário da Casa Civil, e do outro, que foi extraída através da CPI e que a força-tarefa não tinha percebido que era o Secretário atual da Casa Civil. Ou seja, nós podemos extrair, mas nós também podemos tirar dúvidas, dúvidas essas que a Deputada Paulinha coloca aqui.

Primeiro de tudo, eu vejo que não há condições alguma de fazer a protelação da entrega do relatório, o Regimento Interno é claro sobre isso, são cinco sessões. Ponto.

Veja bem, o relatório que o Deputado Valdir Cobalchini, o Relator, vai entregar, vai ser um relatório que vai ser colocado aqui e votado pelos nove; pode ser que surja um relatório paralelo, é possível? É possível. O relatório vencedor vai para o julgamento da sessão especial, que depois entra, se acatado, numa outra fase, que é a fase que nós estamos vivendo aqui relacionado ao outro pedido de *impeachment*, que vai ter mais colocação ainda de filtro para, aí sim, ser investigado ou não.

Dito isso, primeiro de tudo eu acho que a protelação do relatório, senhor Presidente, é algo que não cabe, porque o Regimento Interno é claro sobre isso. Segunda coisa, concordo e entendo a preocupação da Deputada Paulinha com relação à fala e algumas dúvidas do Presidente do TCE. Eu gostaria de propor à Deputada Paulinha que fizesse como nós fizemos na CPI: o processo está todo aqui na Casa, é só vossa excelência assistir ao depoimento do Presidente do TCE ao Gaeco. O documento que vossa excelência pede com relação à Controladoria-Geral do Estado está no processo, inclusive está no relatório da CPI



e não só no relatório, mas em todo o compêndio de documentos do relatório, está inclusive a única oitiva sigilosa que nós tivemos – lembram dessa, Deputado Fabiano e Deputado Cobalchini? –, nós tivemos só uma oitiva sigilosa, na qual pedimos para todos saírem, essa oitiva está na ata do relatório, que a Deputada Paulinha pode entrar em contato.

Então eu imagino que a preocupação da Deputada Paulinha, e não entenda como desmerecimento, Deputada, é uma preocupação nobre de vossa excelência por estar agora entrando e tendo conhecimento do processo, mas eu não entendo que a Casa já teve... Seria até, na minha opinião, um ponto negativo para a Casa se esta Comissão fosse pedir um relatório por escrito ao Presidente do TCE, sendo que ele sabe que a CPI teve acesso ao seu depoimento na íntegra, que tem muito mais validade, inclusive.

Outra coisa: se aprovado, senhor Presidente, esse pedido de incorporar o processo aqui, a gente pode cair no descrédito, porque a Controladoria já deu inclusive com depoimento sigiloso, e outra coisa, nós também pedimos e fomos ao STJ para ter acesso a esses documentos, que a Deputada Paulinha quer, e que estão sob sigilo ainda, e que nem nós da CPI tivemos conta, negativa essa que foi do STJ.

Então, para mim, senhor Presidente, as preocupações da Deputada Paulinha são pertinentes de alguém que, como ela, entra agora no processo, mas eu digo, como eu... Esse negócio aí do respirador, para mim, para o Fabiano e para o Cobalchini é café velho, nós já esmiuçamos, é aquele osso que está esmiuçado, se perguntarem o número do processo, eu sei de cor e salteado, a data, tudo, eu sei tudo, tudo, e por quê? Porque a gente viveu dois meses, três meses – não sei quanto tempo, Leo, que durou isso aí – a gente viveu isso, o pessoal da taquigrafia também, convivemos, teve um dia que nós saímos às quatro horas da manhã de lá [da reunião], então a gente conviveu e a gente sabe.

Mas eu peço, senhor Presidente, vênia de vossa excelência por saber desse processo, para que possa ser analisada essa questão a fim de que esta Comissão, não é a CPI, é esta Comissão e esta Casa não venham a incorrer em erros, pois que ali atrás nós já tivemos resposta negativa. Outra, que o processo todo pedido já está no combo da CPI; e o terceiro, é que não é como pedirmos uma declaração – seria muito difícil nós pedirmos uma declaração para o Chefe de outro Poder, sendo que ele pode responder que no dia x deu o depoimento ao Gaeco, está tudo lá e vossas excelências já tiveram, inclusive... O Relator rodou parte do depoimento do Presidente do TCE na reunião da CPI.

Portanto, eu vejo com bastante dificuldade esses pedidos da Deputada Paulinha por conta de toda essa análise que eu faço em referência ao trabalho que nós fizemos na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Deputado Kennedy...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Só um pouquinho...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu queria só responder ao Deputado Kennedy pela ordem para ajudar no convencimento dos Colegas.

Em primeiro lugar eu queria dizer para o Deputado Kennedy que eu concordo com ele em muita coisa. De fato, os Parlamentares que participaram da Comissão têm uma visão muito mais lúcida de todo esse episódio, e agradeço pela maneira respeitosa com que se dirigiu a mim, em função das minhas reflexões. Mas eu quero lhe dizer que eu acompanhei quase todas as reuniões, assistia vocês até de madrugada, porque eu tinha também interesse, não é, em conhecer aquilo que estava acontecendo, mas é evidente que a gente não tem a mesma profundidade de conhecimento que vossas excelências têm, porque estiveram lá.

Em relação ao depoimento do Presidente do Tribunal de Contas, Adircélio, eu assisti e é justamente por isso que eu faço esse pedido. Eu acho que este não é um movimento protelatório, porque ele mora no prédio vizinho (*refere-se ao prédio do TCE em relação ao prédio da Alesc*), eu acho que não custa a gente fazer o pedido para ele e dizer: amigo, por



gentileza, responda nesse pequeno prazo que nós temos. Eu não acho que isso vai ser difícil. Eu realmente fiquei com dúvida.

As perguntas foram formuladas por mim, não foi por uma terceira pessoa, eu fiquei com dúvidas quando assisti ao depoimento do Adircélio. Eu acho que é muito decisivo para mim para medir o tanto de responsabilidade do Governador nesse episódio, por isso que eu insisto neste pedido, especificamente. E em relação ao Supremo, é evidente, se o Supremo disser que está em segredo de Justiça, eu não vou informar, mas eu acho que vale uma nova provocação, ainda que a gente tome a decisão de não retardar nenhum dia, porque foi feita uma busca e apreensão depois, a busca e apreensão que aconteceu sobre esse episódio do Governador aconteceu depois que a CPI já estava encerrada, depois que a nossa Comissão já estava instalada. E eu acho que não custa a gente fazer o pedido. Se o pedido não vai ser atendido, vai ser negado, são outros quinhentos. Mas valeria a gente tentar conhecer aquilo que foi apurado nessa primeira busca e apreensão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pela ordem, senhor Presidente.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Ainda que se decida que não haja protelação, entende, senhor Presidente.

Era isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – A Deputada Ada está inscrita, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas só para responder... Eu sei que a Deputada Ada... Vossa excelência me permite, Deputada Ada?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Se a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Agilizar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Eu também preciso falar, como Relator.

Então, Deputado Kennedy, claro, até para responder quem sabe algum questionamento da Deputada Paulinha, mas depois vamos dar prosseguimento à reunião, porque eu tenho algumas anotações que eu preciso colocar, até por conta do que nós já temos e dos passos que serão dados adiante.

Então eu peço que depois do Deputado Kennedy, se possível... É claro que se tiver mais algum Deputado inscrito, o.k., todos têm direito de falar, mas se eu pudesse falar em seguida, já que acredito que muitos desses questionamentos poderão ser esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Ada com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Presidente e caros Colegas, eu entendo perfeitamente, com disse o Deputado Kennedy, a posição da Deputada Paulinha, a eminente Deputada é líder do governo, ela está no dever dela de fazer esses questionamentos quando estiver em dúvida. Agora, o pouco que eu estou estudando, esse inquérito tramita em...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Segredo de Justiça.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – Em segredo de Justiça. Talvez o requerimento, realmente, seja só protelatório, que eu acho que a Comissão não vai aceitar, não sei, pois se há uma investigação, não haverá fornecimento desses documentos, gente.

Era só isso o que eu queria dizer, porque é o meu entendimento. Não adianta a gente ficar criando pelo em ovo, nós temos que ir na causa, no cerne da coisa. Esse é o meu entendimento. Um abraço e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu vou falar aqui abertamente então e quero ouvir muito o Deputado Valdir Cobalchini, mas, eminente Deputada Paulinha, com todo o respeito, esse negócio de entrar lá, de fazer pedido, de entrar no Supremo para fazer pedido, isso está sendo a retórica da defesa do governo em todo o momento, já tem uma série de coisas.

Então eu acho que nós aqui estamos muito bem, isso daqui vem muito esclarecido, mas eu só queria deixar a minha opinião bem clara, senhor Presidente, de que essas questões aí têm o meu voto contrário, para que nós não possamos... Aliás, não é que nós não possamos protelar, pode protelar, o Deputado Cobalchini tem o tique-taque batendo aí e, com certeza, vai ter que virar o feriado para terminar o relatório, assim como eu estou tendo que me virar para entregar amanhã o relatório do Tribunal.

Então, eu acho que isso daí é só para protelar. E vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Obrigado, Kennedy.

Ninguém mais querendo discutir, eu passo a palavra ao Relator, Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Se nós fizéssemos a deliberação do requerimento da Deputada Paulinha... Ou fazemos ao final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Pela ordem nós votamos o requerimento e depois a palavra está com vossa excelência. Pode ser?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Senhor Presidente, então pela ordem eu quero retirar, para ficar claro, o último pedido do requerimento, porque eu não quero que os meus Colegas pensem, de modo algum, que eu estou aqui querendo protelar a situação do trabalho da Comissão. Não é isso.

Eu, realmente, acho que se há fatos novos, a gente deveria no mínimo pedir, nem que recebêssemos uma negativa, porque a gente está falando em afastar em definitivo um Governador. É uma situação séria, eu não quero que fique a impressão para os meus Colegas que eu estou querendo retardar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputada, só pela ordem. Não é afastar em definitivo. Por favor, não é afastar em definitivo.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – No final é isso. No final...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – No final é isso, Deputado. Mas assim, eu não quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputado Kennedy e Deputada Paulinha, pela ordem...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu só não quero aqui ser tachada... Eu nunca me virei para nenhum Parlamentar para dizer que o Deputado Kennedy fala isso porque ele é oposição; eu não estou fazendo isso porque eu sou líder do governo. A minha defesa é pela minha consciência, eu acho que no meu direito de Deputada, de Parlamentar, gostaria de receber uma declaração que explicasse melhor a situação do Presidente Adircélio, porque o depoimento dele, a meu ver, deixou dúvidas. Eu acho que isso não protela nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Paulinha, Deputado Kennedy Nunes, eu vou...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu só quero, com todo o respeito e carinho que eu tenho por todos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Vamos concluir.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu não quero que os meus pedidos sejam julgados porque sou a líder do governo. Eu não queria que os Colegas me



apequenassem a essa circunstância. Eu tenho raciocínio, eu tenho entendimento das coisas e tenho o direito a ter dúvidas, não é? Eu quero que tudo aconteça no seu tempo, brevemente, mas eu gostaria de ser respeitada a despeito da condição de ser líder ou não, porque isso não é justo com a minha história, com a minha postura e com todos os Colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Bom, senhores Deputados e senhoras Deputadas, eu vou...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – E se a gente tem um prazo regimental... Com todo o respeito, Presidente, eu gostaria de concluir.

Se nós temos... está escrito na condição de que a gente pode fazer diligência, eu apenas estou fazendo uma diligência, que ela seja cumprida nos dois dias que temos. Mas é o mínimo que se pode fazer, entende? Francamente! O depoimento do Adircélio, eu insisto nisso, para mim não ficou claro em relação à participação do Governador. Ficou indefinido. E eu gostaria de ter a acolhida. Se não tiver, paciência, não tem problema, mas que ninguém pense aqui que eu estou querendo protelar coisa nenhuma, eu estou é querendo esclarecer as coisas devidamente, dentro do meu juízo de valor. É só isso.

E se porventura em algum momento eu me coloquei de forma equivocada, eu peço desculpas aos Colegas, porque a minha intenção é só colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputados e Deputadas, eu vou passar a palavra ao Deputado Cobalchini, que é o Relator do processo, e na sua fala ele poderá esclarecer muitas dessas dúvidas e posteriormente colocamos o requerimento em votação.

Deputado Valdir Cobalchini, Relator, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Deputado Fabiano, Presidente; Deputada Ada, Vice-Presidente; Deputada Ana Campagnolo; Deputada Paulinha; Deputado Kennedy Nunes, Deputado Nazareno Martins; Deputado Marcius Machado; Deputado Sergio Motta, primeiro o relatório é o miolo, ele não é interpretativo, ele é a narração dos fatos, das 7.500 páginas, dos 46 volumes, e já incluídas aí as defesas do Governador e da Vice-Governadora, aliás, as últimas peças foram essas duas defesas que foram distribuídas. O relatório é a síntese disso.

Nesse relatório, o que nós temos? Documentos que vieram da Operação Oxigênio, só não temos aqui os documentos que estão em segredo de Justiça, que foram requeridos e não foram entregues. Qualquer peça extra, Deputada Paulinha, qualquer peça extra a essas 7.500 páginas... Não há problema em fazer o pedido de diligência, mas os prazos são peremptórios, nós não temos possibilidade de não cumprimento desses prazos, e qualquer documento que chegue estranho a esses que já estão nos autos vai requerer direito tanto à defesa quanto à denúncia, eles terão o direito ao pedido de vista desses documentos.

Então, se isso for seguido à arrisca, nós não teremos prazo. Repito, se for decisão dos Deputados nós fazemos algum pedido de diligência, nós o faremos, mas os prazos das cinco sessões terão que ser cumpridos. Outra coisa, a operação que houve na semana passada, na quinta-feira, a Operação Pleumon, é posterior, então no relatório nós não poderemos inserir documentos dessa operação, até porque eles também não serão entregues, está em fase de investigação.

Só para deixar claro que nós vamos construir o relatório em cima daquilo que nós já dispomos, do hospital de campanha e dos respiradores. Essas são as duas questões sobre as quais nós vamos construir o relatório.

Penso que a defesa do Governador e da Vice-Governadora já contemplam esses questionamentos, Deputada Paulinha, que vossa excelência faz. Eu me detive de forma muito cuidadosa, assim como todos os Deputados têm, na cópia dessas duas defesas e também na denúncia, no recebimento, na análise da Procuradoria da Casa, todos nós dispomos de todos esses documentos, de forma que tanto eu quanto a Deputada Ana



Campagnolo, que é a Relatora Adjunta, nos colocamos à disposição para, dentro dos autos, qualquer observação que vossas excelências entenderem deva constar do relatório, nós vamos, sim, analisar com toda a boa vontade no sentido da inclusão, menos o que está fora, porque isso tem repercussão, infelizmente tem repercussão, e se acontecer isso, qualquer peça estranha que nós acatemos no relatório vamos ter que ceder à denúncia e aos denunciados, que é a defesa.

Então eu peço a compreensão de vocês pelo exíguo tempo que nós temos. Na CPI nós tivemos três meses, então o relatório preliminar pôde ser dado vista por dois dias para que os Deputados pudessem apresentar alguma sugestão. Nós, nesta Comissão, temos cinco sessões a partir do recebimento da defesa do Governador e da Vice-Governadora, então o nosso prazo é extremamente exíguo. E eu peço a compreensão dos Colegas em relação a isso. Mas nós vamos, sim, possibilitar... Claro, na quinta-feira nós não teremos um relatório completo, é impossível, mas a linha do relatório nós vamos apresentar para que os Deputados possam apresentar as suas sugestões. Não vai ter feriado (*ri*), pelo menos em relação ao Relator, tem o dia 12, mas nós não podemos fazer o feriado, assim como o fim de semana, não há tempo para isso.

Então eu peço a compreensão de vocês, e se entenderem que a gente deva formalizar... No caso tudo é formal...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Relator, o senhor me permite, só para ajudar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho aqui em mãos uma decisão do Ministro Benedito Gonçalves, de um mesmo pedido que nós fizemos da CPI e que a Deputada Paulinha quer fazer agora, e que foi negado tanto para nós quanto também para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Inclusive diz o Ministro aqui na decisão: “por considerar prematuro o compartilhamento de provas num momento em que os elementos de convicção ainda estão sob análise da Polícia Federal e há diligências pendentes, não se podendo vislumbrar qualquer juízo (...), mas sim, ao contrário, grande risco de prejudicar a investigação”.

Então nós pedimos e foi-nos negado, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no caso do Witzel, teve negado o pedido, e não deveríamos nem estar tentando pedir novamente.

Obrigado, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Obrigado, Deputado Kennedy. Eu inclusive faria também menção a essa solicitação da Alerj, do Rio de Janeiro, porque são pedidos semelhantes a esses requerimentos que estão sendo aqui discutidos.

Mas eu fiz as minhas observações, de forma que eu devolvo a palavra ao Presidente para que possamos deliberar, então, em relação a esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Senhores Deputados, lembro que nós temos cinco minutos para começar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu coloco em votação o requerimento da Deputada Paulinha.

Os Deputados contrários ao requerimento que se manifestem.

(A Deputada Ana Campagnolo e os Deputados Kennedy Nunes e Valdir Cobalchini gesticulam contrariamente ao requerimento.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAZARENO MARTINS – Senhor Presidente Fabiano da Luz, Relator Valdir Cobalchini, eu sou contrário ao requerimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCIUS MACHADO – Eu acredito que todo requerimento é importante para que a gente possa ter um... mas que não venha prejudicar o



processo. Então se não vier a prejudicar o processo ou que tenha um prazo estipulado até tal data ou por hora, a gente pode aprovar.

Então eu concordo, sendo alterado por um prazo específico, para que também não venha perder e prejudicar todo um trabalho tão importante, ainda mais com sete mil páginas.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA – O meu voto é parecido... é igual ao do Marcius.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Contrário ou favorável ao requerimento, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Ada...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Eu queria reformar o pedido: que a gente não tivesse nenhum prazo a mais protelatório, como falou o Deputado Marcius e a Deputada Ada. A gente faz as perguntas, se não vier a resposta, não veio. Aqui a gente não pode ter um instrumento para fazer uma diligência, eu juro que eu nem teria apresentado diligência se a resposta fosse impossível de ser atendida.

Vamos manter o prazo. A gente faz a diligência, não chegou a resposta, não chegou, mas vamos pelo menos pedir, não custa pedir. A gente pode deliberar isso e não vai atrapalhar, a nossa Comissão não vai esperar por uma resposta, caso ela não venha em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Paulinha...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Vamos fazer a diligência, este é o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Deputada Paulinha, respeitando a sua posição e decisão, o requerimento está rejeitado por maioria.

Mais algum assunto, senhores Deputados? (*Pausa.*)

Então eu convoco a próxima reunião, para a distribuição do relatório prévio, para quinta-feira, dia 8 de outubro, às 8 horas.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA – Senhor Presidente, eu só queria fazer um pedido. Como eu já disse, para mim oito da manhã é um horário perfeito, mas que a gente não fique limitado ao tempo das 8h às 9h, porque se tiver alguma dúvida que a gente queira discutir, acabamos ficando espremidos pelo horário. Sob pena de termos prejuízo, eu não quero trabalhar com pressa, eu não quero ficar com essa sensação de querer discutir alguma coisa com os meus Colegas e não ter tempo para isso.

É o pedido que eu faço a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Sim, Deputada. A reunião é para distribuição do relatório prévio, e aí nós teremos um tempinho para discutir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Não...

Deputado Fabiano, eu não sei se a gente tem condições de distribuir relatório prévio. As linhas do relatório, sim, mas distribuir... Até porque nós não teremos relatório prévio ainda, está ainda em fase embrionária, temos uma preliminar de parte do relatório. Então, distribuir eu não quero ter essa responsabilidade, até porque todo cuidado... Porque essas peças são, sim, em sigilo, só poderemos revelar o relatório na hora da apresentação, no dia 13.

Quero deixar isso bem claro. Na medida do possível nós vamos apresentar uma linha da construção do relatório que tivermos até quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, eu acho que a posição da Deputada Paulinha é pertinente, muito pertinente, aliás, até porque a gente vai ficar espremido. Eu preferiria que fosse às oito da manhã, porque logo depois temos a sessão e a gente fica livre, porque eu tenho que fazer o roteiro lá pelo planalto. Mas



a preocupação da Deputada é pertinente, porque nós vamos estar extremamente espremidos por ter que terminar antes das 9h.

Então eu acho que vale a pena a gente avaliar essa questão, se nós teremos necessidade de gastar mais tempo ou não, ou se é como o Relator fala, de dar as linhas que não terão discussão; poderá ter discussão ao longo, depois do processo passado, que na verdade a outra sessão já é para a terça-feira, mas nós vamos ter aí o sábado, o domingo e a segunda, dias em que vamos poder falar com o Relator...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...dando sugestões, alguma coisa.

Então eu acho que não é necessariamente o dia da discussão, da entrega dessas linhas, mas também eu entendo que a preocupação da Deputada Paulinha é vigente com relação ao apreço. Se fosse hoje, por exemplo, senhor Presidente, que já são 9h58min, a gente poderia pedir mais quinze minutos para a CCJ, o que já é diferente no dia da sessão, que às 9h tem que começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) – Mas com relação às linhas, o Deputado Valdir Cobalchini já explanou muito bem, ele vai dar apenas as linhas, os traços, ou seja, não haverá grandes debates e eu acredito que, em princípio, em uma hora de reunião a gente consiga suprir todas as dúvidas. Caso contrário, a gente convoca uma reunião extraordinária para antes da próxima terça-feira.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, convocando outra para quinta-feira, dia 8 de outubro, às 8h.

Obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]



DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ
PRESIDENTE